



Anais da Assembléia

N.º 31

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, em 11 DE ABRIL DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Dácio Leonel e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisósostomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos e Werner Wanderer (36); achando-se ausentes os Senhores Deputados José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 66, do Excelentíssimo Senhor Luiz Assumpção Paranhos Velloso, Secretário Geral do Ministério de Previdência Social, sob requerimento do Senhor Deputado Benedito Lúcio Machado, encaminhando expediente contendo indicações concernentes à situação da Assistência Médico-Hospitalar no primeiro semestre de 1976, referente à área de Jurisdição da Agência de Jacarezinho. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 32/77, do Senhor Haroldo Gonçalves Netto, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão, de conformidade com requerimento, apresentado pelo Vereador José Pedroso Fabri, solicitando para que em nome desta Casa, interceda junto aos órgãos do Governo Federal, pela revogação do dispositivo que criou o confisco cambial do soja. — Ao conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente, o problema do menor abandonado é dos mais sérios e soluções são urgentes para que os diversos agravamentos que se verificam, dia a dia, sejam contidos. Por isso, e pelas razões que foram expostas pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, foi criada uma Comissão Especial para estudar o assunto.

Esta Comissão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reuniu-se algumas vezes e planos foram traçados, sempre visando encontrar fórmulas para que, de forma racional, pudesse esta Casa participar com as sugestões pretendidas.

Fizemos diversas visitas; entretanto, devido às atividades que são desenvolvidas pelos Srs. Deputados, não foi possível conhecer, de perto, toda a programação que o Instituto de Assistência ao Menor vem realizando. Por isso, entramos em contato com o Dr. Milton Grein, que é o atual Superintendente do Instituto de Assistência ao Menor, ficando estabelecida a possibilidade de uma visita dos componentes da Comissão e, também, de todos os Srs. Deputados com assento nesta Casa, aos estabelecimentos que são mantidos pelo Estado do Paraná em Curitiba.

Esta visita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficou marcada para a próxima quarta-feira, com horário previsto, horário de saída prevista às 8 horas da manhã. Desde então, poderemos acompanhar as atividades que se desenvolvem com vistas a equacionar o problema do menor e, até à hora da sessão, este trabalho de observação poderá ser realizado.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamamos, a todos os parlamentares com assento nesta Assembléia Legislativa, no sentido de que compareçam, na próxima quarta-feira, a partir das 8 horas, para acompanhar o programa estabelecido.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Senhores Deputados. (Lendo): “O Estádio do Café, construído em Londrina, virou de um momento para outro, num assunto de polêmicas em virtude de problemas que vem apresentando.

Conhecido o laudo técnico elaborado por uma comissão de engenheiros, relatando deficiências no Estádio do Café, diz que há deformação na sua estrutura básica, dando como causas a acomodação e deslocamento de terrapleno e infiltração de águas pluviais.

E a consequência está aparente sob forma de rachaduras e trincamentos.

Referida comissão composta pelos engenheiros Lauro Atayde de Freitas Filho, Adhemar Zapparoli, Nelson Toshiyuki, Rudolfo Horner, João Carlos Bespalkok e Isabelino Aguilera, é claro no seu laudo ao precisar que tais deformações têm se manifestado como trincas nas arquibancadas, recalque nas cabines e fissuras nas paredes dos módulos.

E conclui a comissão afirmando que na continuidade do efeito, poderá ocorrer futuramente deslizamento de parte do aterro, acarretando danos de consequências imprevisíveis.

Tais motivos fizeram com que fosse requerida na Câmara Municipal de Londrina a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder um levantamento nas condições do Estádio.

Nada mais justo, pois trata-se de medida de precaução para que não se ponha em risco milhares de vidas de espectadores que vão àquela praça esportiva assistir aos jogos de futebol.

E é bom que se diga que tal medida não tem cunho político e tanto isso é verdade que sua iniciativa partiu de próprios Vereadores da bancada do MDB, sendo um deles, o Vereador Vladimir Belinati — irmão do próprio Prefeito de Londrina.

E o acontecimento seguinte surpreendeu muita gente.

JUSTIFICATIVA:

Aparecido Bezerra Guedes, caracterizou-se como um dos pioneiros e desbravadores do município de São João do Ivaí. Com seu trabalho ativo e despretencioso, foi um dos que contribuiu para que o desenvolvimento e o crescimento daquela região se tornasse a realidade que hoje contemplamos.

Exerceu atividades no ramo do comércio e da agricultura, além de marcar a sua contribuição como político militante, exercendo os mandatos de Vereador e Prefeito Municipal.

Falecido em 31 de dezembro do ano próximo passado, no desempenho do mandato de Prefeito Municipal de São João do Ivaí, deixou o saudoso Aparecido Bezerra Guedes, lacuna insubstituível no seio da comunidade local.

Durante o seu mandato como Prefeito Municipal, um dos seus maiores trabalhos foi, sem dúvida alguma, em prol da construção da ponte sobre o Rio Ivaí, na estrada que liga os municípios de São João do Ivaí a São Pedro do Ivaí, e que agora traduzindo o desejo da população daquela rica região do nosso Estado, queremos denominá-la com o seu nome, numa homenagem das mais justas àquele que em vida muito contribuiu e colaborou no desenvolvimento da região.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 08/77

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente projeto tem por finalidade denominar "Aparecido Bezerra Guedes", a ponte construída sobre o rio Ivaí, na localidade que especifica.

Queremos enaltecer a iniciativa do nobre Deputado Gilberto Carvalho, prestando uma das mais justas homenagens, que conforme a justificativa apresentada, será o reconhecimento ao trabalho do político e probo homem público, que em vida foi Aparecido Bezerra Guedes, sempre voltado aos interesses do município de São João do Ivaí, da qual foi vereador e Prefeito.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 10/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos de Ubiratã", na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 10/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos de Ubiratã", com sede na cidade de Ubiratã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O "Lar dos Velhinhos de Ubiratã", da cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de assistência e promoção social, gratuitos e constitui uma obra unida à Sociedade de São Vicente de Paula de Campo Mourão - Paraná, tendo como única finalidade, abrigar o velho desamparado graciosamente; sendo justo, portanto, o seu reconhecimento de utilidade pública; para o que espero a acolhida dos nobres Pares por ser de justiça.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 10/77

De autoria do nobre Deputado Augusto de Oliveira Carneiro, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Lar dos Velhinhos de Ubiratã, com sede na cidade de Ubiratã, neste Estado.

Inegavelmente, a entidade acima presta, gratuitamente, assistência social aos velhinhos desamparados daquela comunidade. O projeto preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Quanto ao aspecto constitucional ou legal, nada existe que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

OSVALDO MACEDO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 139/75, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que acresce parágrafo que especifica, ao Artigo 80 da Lei Complementar número 02, de 18/06/73 (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS). Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.

PROJETO DE LEI NÚMERO 139/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — O Artigo 80, da Lei Complementar número 02, de 18 de junho de 1973, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 80 — ...

§ 1º — ...

§ 2º — ...

§ 3º — O Exercício de cargos em Comissão, fica vedado aos parentes ou afins, até o 3º grau inclusive dos Prefeitos Municipais nos respectivos municípios, bem como do Vice-Prefeito.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1975.

(a) DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que ora propomos à consideração desta Casa, tem por objetivo moralizar a administração municipal, e dar condições a que, independentemente de influências familiares, possam as Prefeituras se capacitar e dotar nos seus cargos, elementos de capacidade.

Com isto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 139/75

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, objetiva o presente projeto de lei acrescentar parágrafo que especifica ao artigo 80 da Lei Complementar número 2, de 18/6/73 (Lei Orgânica dos Municípios).

A finalidade precípua deste plano de lei é evitar que se crie uma verdadeira oligarquia nas Prefeituras Municipais, com a influência sem dúvida maléfica, que porventura possam exercer os membros de uma determinada família sobre os problemas administrativos dos municípios, ao ocuparem cargos na esfera municipal.

Concretizada esta medida, com a sua conversão em lei, poder-se-á ver medrar a capacidade e a inteligência, com a colocação de elementos de capacidade nas Prefeituras, e espera-se que prevaleça a moralidade na administração municipal.

A rigor, não existe norma constitucional que proíba a matéria contida neste projeto e, quanto à sua oportunidade e conveniência, nada há a opor.

Nestas condições, não vemos nenhum óbice que possa

O próprio Prefeito de Londrina em nota distribuída à imprensa, desautorizou o seu irmão a falar em seu nome a propósito dos problemas relacionados com o Estádio do Café.

E se isso não bastasse o Prefeito reuniu-se com a bancada do MDB e solicitou para que os Vereadores rejeitassem pedido de C.P.I. formulado por seu irmão e pelo Vereador Sérgio Borges, cujo pedido qualificou de "desnecessário e impensado".

Na nota distribuída o Prefeito faz questão de afirmar que sempre manteve o melhor relacionamento com o ex-Prefeito José Richa.

A nota do Prefeito prossegue, com o mesmo estranhando a atitude de seu irmão que, segundo ele, não está entendendo sua preocupação de unificar as lideranças da cidade.

E diz mais que seu irmão ao invés de usar seu mandato como indispensável colaboração, utiliza-o para criar embaraços para o próprio Prefeito e para todos os demais setores da administração.

Para os Vereadores proponentes da matéria a Prefeitura está tentando encobrir a verdade no caso das rachaduras no Estádio do Café. E, face à nota distribuída pelo Prefeito, o seu próprio irmão e mais o Vereador Sérgio Borges também deram a conhecer uma nota em defesa da posição que tomaram.

E dizem que o homem político deve ter por base a verdade, construir-se sobre a justiça, ser animado pelo amor à liberdade com independência e altivez, tendo em mente que o silêncio, a acomodação e a subserviência são armas usadas pelos pusilânimes e ineptos.

E prosseguem na nota, bastante dura e exigente, perguntando se como Vereadores eleitos para zelar pelo sossego e bem estar dos munícipes, como devem usar o mandato.

Se através do diálogo e do debate honesto e franco, ou se através de fraude, da astúcia, da coação, das negociações e da subserviência.

E na mesma nota, dizem à certa altura que "o culto à verdade e à justiça soa mais forte e mais altivo do que a cobrança de posições em nome de interesses de grupos ou facções político-ideológicas".

E mais adiante perguntam: "Se inexistem problemas, por que temer o esclarecimento dos fatos?"

E depois de toda essa guerra familiar em Londrina, surge o pronunciamento do ex-Prefeito José Richa.

Na edição de hoje da "Tribuna do Paraná", é divulgado o pronunciamento do ex-Prefeito José Richa.

À certa altura, divulga o jornal, Richa contou que, assim que deixou a Prefeitura, também alertou o atual Prefeito Antônio Belinati que alguns dos problemas poderiam ocorrer no Estádio.

Pedi que a continuidade das obras fosse executada na medida do possível, e inclusive os reparos nas rachaduras que já apareciam. Mas Richa disse que a atual administração apenas realizou reuniões, e que os reparos ficaram no papel e garantiu que esse trabalho não custará mais que vinte e cinco mil cruzeiros ao município.

E continua o jornal afirmando que Richa entrou no jogo da política e acabou falando mais de política que do problema do Estádio propriamente dito.

Chegou mesmo a acusar a Televisão Coroados como interessada na divulgação dos fatos, entendendo que estão querendo prejudicá-lo politicamente.

Aí chegou ao incrível. Querer amordaçar a própria televisão que divulga fatos comprovados.

É um verdadeiro contraste!

Cansado de pregar a liberdade de imprensa, volta-se contra ela com furor e acusações infundadas e inaceitáveis.

Se nada deve, nada tem a temer.

Se há uma denúncia, que se esclareçam os fatos.

Tudo o que a Televisão em Londrina tem feito, é noticiar os fatos, alertar os responsáveis, defender a própria população.

Ou será que o ex-Prefeito só aceita a atuação da Televisão se for para entrar no rol dos "bajuladores"?

Onde está o erro da Televisão?

Uma conceituada comissão de seis engenheiros não ofereceu um laudo que comprove as falhas e que diz inclusive que há perspectiva de danos de consequências imprevisíveis?

Só esse laudo não seria o suficiente para comprovar a linha honesta das informações da emissora de televisão?

Esta é a razão de nossa presença nesta tribuna.

Não adianta aceitar um incrível pronunciamento de um Vereador de que tais fatos — se noticiados — podem tirar o Londrina do Nacional, como se fosse preferível arriscar-se milhares de vidas para disputar um campeonato.

A coisa é muito mais séria!

O que esperamos é que a Câmara de Londrina tenha firmeza — com os dezesseis signatários da C.P.I. — a qual independe de aprovação do Plenário, pois sua constituição e funcionamento é assegurada com apenas um terço dos vereadores — e que sejam esclarecidas todas as dúvidas para que o torcedor tenha segurança para poder ir assistir aos jogos que se realizem no estádio do café.

Desta tribuna o nosso louvor aos Vereadores que firmam posição ao lado dos interesses maiores, que são os interesses da população e o nosso louvor à Televisão Coroados pela forma segura, honesta e correta como tem se portado no episódio: pensando no povo, pensando nas famílias, pensando na segurança e jamais se preocupando com os politiquinhos sequiosos apenas de promoção pessoal".

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa consulta a Liderança do MDB, se vai ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa consulta a Liderança da ARENA, se vai ocupar o horário que lhe é reservado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o "Clube da Amizade", com sede na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 08/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que denomina "Ponte Aparecido Bezerra Guedes", a ponte sobre o Rio Ivaí, localidade de Porto Ubá, na estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI NÚMERO 08/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica denominada "Ponte Aparecido Bezerra Guedes", a ponte construída sobre o Rio Ivaí, na localidade de Porto Uba, estrada que liga os municípios de São Pedro do Ivaí a São João do Ivaí.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO.

impedir a tramitação normal deste projeto de lei por esta Casa e o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1975.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

— Encerrada a discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para lembrar à Mesa que se trata de matéria de lei complementar e que exige quorum qualificado para sua deliberação. A não ser que outros Deputados já tenham chegado a esta Casa, então o número não é mais aquele anunciado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Mesa respondendo a questão de ordem do Deputado Enéas Faria informa que ainda não completou a votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 139/75, permaneçam como estão. — **Aprovado** por unanimidade.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeira verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Deferida a questão de ordem. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei número 139/75, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei número 139/75, queiram levantar-se. — Não há quorum para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

votação em 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 139/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei números 08/77 e 10/77.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 129/76; e, marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 12, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 01/77.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março, do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, e presentes os Srs. Deputados: Dácio Leonel, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Gilberto Carvalho, Muggiati Filho, Waldenício Barbalho e Augusto Carneiro, bem como os Srs. Assessores, José Maria Zanardini de Camargo e Laertes Luiz Foggia. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou-se a HORA DO EXPEDIENTE a Lei nº 5638, que dispõe sobre concessão de título de benemerência e cidadania honorária paranaense, pesquisa realizada pela Assessoria da Comissão. O Sr. Deputado Muggiati Filho requer à Presidência fotocópia da citada Lei a todos os Srs. Deputados da Comissão. Deferido o requerimento. A seguir passou-se à ORDEM DO DIA:

1) Projeto de Lei número 03/77, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Casa de Artes e Ofício Paulo VI, de Ibiporã. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável. Aprovado. 2) Projeto de Lei número 09/77, do Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Vila das Crianças João XXIII, da cidade de Joaquim Távora. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer favorável. Aprovado. 3) Projeto de Lei número 14/77, do Deputado Luiz Roberto Soares. Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Brasileiro-Germânico, desta Capital. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável. Aprovado. 4) Projeto de Lei número 15/77, do Deputado Maurício Fruct. Denomina Olívio Belich a estrada estadual que interliga os municípios da Lapa e Porto Amazonas. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer fa-

vorável. Aprovado. 5) - Projeto de Lei número 16/77, do Poder Executivo. Mensagem número 57/77, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório que transfere à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR área de terreno que especifica, de propriedade do Estado, situada no município de Palmas. Relator Deputado Dácio Leonel. Deferido vista ao Deputado Waldenício Barbalho. 6) - Projeto de Lei nº 98/76, do Deputado Wilson Fortes. Dá nova redação ao artigo 4º, da Lei nº 6742, de 3.12.75. Relator Deputado Waldenício Barbalho. Deferido vista ao Deputado Gilberto Carvalho. 7) - Projeto de Lei nº 119/76, do Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo retificar e revestir a estrada que liga os municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer contrário. Aprovado. 8) - Projeto de Lei nº 83/75, do Deputado Ivo Thomazoni. Altera o inciso III, do artigo 130, da Lei nº 6174, de 16.11.70. Relator Deputado Ezequias Losso. Deferido vista ao Deputado Muggiati Filho. 9) - Proposição nº 2/77, do Poder Executivo. Ofício nº 226/76, encaminhando veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 186/75, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer favorável à apreciação do veto em Plenário. Aprovado. 10) - Proposição nº 110/77, do Diretor Geral desta Casa. Expediente encaminhando solicitação de Ajuda de Custo dos Senhores Deputados João Calil Fadel, Renato Bernardi e Augusto Carneiro. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer no sentido de que seja devolvido à Mesa Executiva, por não ser matéria da competência desta Comissão. Aprovado. 11) - Proposição nº 119/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 56/77, encaminhando cópia do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Araucária visando assistência técnica e financeira ao ensino de 1º grau. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 12) - Proposição nº 163/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 2/77, encaminhando cópia de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Nova Esperança, para execução de obras de combate à erosão urbana. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo. Deferido. 13) - Proposição nº 172/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 11/77, encaminhando cópia de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Porto Rico, para execução de obras de controle à erosão urbana. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com projeto de resolução. Aprovado. 14) - Proposição nº 181/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 20/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Bela Vista do Paraíso, para controle da erosão urbana. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com projeto de resolução. Aprovado. 15) - Proposição nº 254/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 52/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de São Jorge do Oeste, para execução de reparos no G. Escolar São Jorge. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com projeto de Resolução. Aprovado. 16) - Proposição nº 260/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 53/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Ubatã, para execução de reparos que especifica. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo. Deferido. 17) - Proposição nº 262/77, do Poder Executivo. Mensagem nº 53/77, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Campo Mourão, para fins que especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com projeto de resolução. Aprovado. 18) - Proposição nº 391/76, do Poder Executivo. Mensagem nº 124/76, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Mandaguari, para fins que especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer favorável com projeto de resolução. Aprovado. 19) - Proposição nº 157/74, do Poder Executivo. Mensagem nº 37/74, encaminhando cópias de convênio celebrados entre os municípios de Florai, Jardim Alegre, Marumbi, Terra Boa, conforme especifica. Relator Deputado Dácio Leonel. Parecer favorável com projeto de resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados membros da Comissão, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(a) PAULO CAMARGO — Presidente